



UGT não deixa cair a questão das moratórias

A UGT não deixará cair a sua intenção de ver alargados os prazos de acesso às moratórias dos créditos à habitação, um factor determinante para trabalhadores e famílias, vítimas de uma redução drástica de rendimentos do trabalho, como consequência da crise pandémica.

Apesar de o regime de alargamento dos prazos das moratórias públicas ter sido alargado até ao final de Setembro de 2021, a verdade é que algumas moratórias privadas, que implicam a negociação direta com a banca, já venceram ou estão prestes a vencer e muitas famílias começam a ser chamadas a pagar as respetivas prestações, sem que para isso tenham condições por terem visto os seus rendimentos reduzidos.

Continua a ser inadmissível a desigualdade de tratamento dada pelo Governo na questão das moratórias, quando se trata das empresas. Se para as empresas há prolongamento, redução, isenção das moratórias de capital e juros, porque é que o Executivo não age de igual forma com os trabalhadores? Se as empresas são afetadas por problemas de tesouraria, claramente milhares de trabalhadores, ao não terem rendimentos incorrem no risco de perder a sua habitação própria permanente.

A UGT continuará a pugnar para que, tal como referimos na carta enviada ao Sr. Ministro de Estado e da Economia, seja equacionada a possibilidade do alargamento das moratórias dos créditos à habitação para os trabalhadores, precavendo um potencial colapso social nas vidas de milhares de famílias.

Mantemos e manteremos a disponibilidade para a negociação e o diálogo sobre esta matéria, de forma a encontrar soluções que permitam uma maior justiça social.

Mais, alertamos que os portugueses que queiram aderir às moratórias bancárias poderão fazê-lo até 31 de Março de 2021, beneficiando dos seus efeitos por um período de até nove meses, com a aplicação das regras previstas no actual regime.

O Secretariado Executivo